

# 1982 e 1987: a semelhança entre duas crises



Braga: impasse político



Delfim: heterodoxo em 82

## OLIVIER UDRY

Crise cambial, moratória e recessão: esses três fantasmas que hoje rondam a economia brasileira já são conhecidos do público desde 1982. Nesse período, o contexto da crise mudou, mas o discurso que tenta explicá-lo é bem parecido, embora algumas diferenças devam ser preservadas. O atual governo, por exemplo, não nega a renegociação da dívida externa como o fez Delfim Netto em 1982, ao afirmar que "os que pedem a renegociação da dívida brasileira vão ver com quantos paus se faz uma canoa" (agosto). Naquela época, antes da abertura política, as autoridades econômicas davam-se ao luxo de fornecer versões diferentes sobre o mesmo problema. Enquanto Delfim Netto declarava que "o Brasil não está sendo solicitado e nem vai recorrer ao FMI, apesar da opinião isolada de algumas pessoas", outro ministro — Ernane Galvêas, admitia que "não existe da parte do governo brasileiro nenhuma restrição ou objeção para tomar recursos que porventura venham a ser repassados pelo FMI, embora as autoridades estejam conscientes das exigências que a instituição normalmente faz quando socorre países com problemas no balanço de pagamentos". Mas os dois governos caminham juntos quando pretendem garantir que o Brasil tem condições de se impor ao FMI. O ministro Dilson Funaro descarta o recurso ao FMI e acredita numa renegociação fora dos seus auspícios. Delfim Netto era mais audacioso: "Não foi o Brasil que se ajustou ao programa do Fundo. Foi o Fundo que aceitou o figurino do Brasil. Aliás, o Fundo mudou e ninguém foi avisado".

O professor Carlos Alberto Primo Braga, da Faculdade de Economia da USP, concorda que a diferença no contexto político permitia ao governo Figueiredo abordar, pelo menos em público, a questão de forma diferente. "Hoje, entretanto, o PMDB está pressionado pelo seu próprio programa, que nega a hipótese de uma recessão e de uma ida ao FMI. Neste sentido, a questão é até mais política do que técnica."

Mesmo assim, o Brasil tardou a buscar socorro junto ao Fundo em 1982 por razões igualmente políticas. Mas em dezembro, os ministros da área econômica deixaram entender claramente que não poderiam ter iniciado as negociações com aquele organismo por causa das eleições. Hoje, não há eleições em jogo, mas o programa do partido majoritário não pode ser relegado pura e simplesmente a segundo plano. Os políticos sempre pensam nas próximas eleições.

## HETERODOXIA ONTEM E HOJE

Na realidade, o Brasil não começou a experimentar uma política econômica heterodoxa só com o Plano Cruzado. Delfim Netto ensaiou algo semelhante, mas de modo mais estrito. Ao tomar posse como ministro do Planejamento, em agosto de 1979, afirmava que "nós vamos crescer aceleradamente ao mesmo tempo em que conseguiremos equilíbrio em nosso balanço de pagamento e taxas de inflação decrescente". A tese do

ex-ministro apoiava-se na constatação de que o crescimento se sustentaria a partir da capacidade ociosa de produção então existente na agricultura e na indústria: "Temos campo para crescer, na agricultura e na indústria. O único elemento que restringe a nossa possibilidade de deslanchar é o balanço de pagamentos. É isso que precisamos eliminar".

Assim como o Plano Cruzado pretendia zerar a inflação, Delfim também alimentava suas esperanças: "A causa básica da inflação é o déficit público. A inflação não é nenhum mistério, a inflação brasileira é mais primitiva do que se possa imaginar".

Num trabalho intitulado "A crise cambial de 1982-83 no Brasil: origens e respostas", o professor Winston Fritsch, da PUC-RJ, lembra que a estratégia de crescimento adotada no governo Geisel, numa época de liquidez abundante no mercado internacional de crédito, desembocou na quadruplicação da dívida externa bruta entre 1973 e 1979, sendo que 70% eram contratados com bancos privados, a taxas flutuantes de juro, significando assim um aumento da vulnerabilidade brasileira a qualquer movimento de alta dos custos financeiros externos. E isso passou a ocorrer a partir de 1979, com a segunda crise do petróleo, corte de crédito externo e queda das exportações de

**"O melhor momento para a moratória era abril de 1986. Agora, ela se impôs tecnicamente."**  
Carlos Alberto Braga

vido à recessão nos países industrializados. E o professor Carlos Alberto Braga acrescenta: "Houve irresponsabilidade de credores e devedores quanto ao volume de crédito negociado naquela época. Hoje o Brasil também mostrou-se irresponsável, em 1986, queimando reservas e não fazendo os ajustes internos. A crise que estamos enfrentando é só nossa, enquanto que em 1981 ela acompanhou a recessão mundial".

Braga adverte, então, para outro perigo não muito distante: a instabilidade cambial internacional pode precipitar outra crise a curto prazo. A se confirmar a desaceleração do crescimento da economia norte-americana e a recusa de uma maior recuperação no Japão e na Alemanha, os próximos meses poderão trazer novos sinais de alta nas taxas de juro externas, agravando ainda mais a situação do Brasil. "Nesse contexto atual, as forças de mercado não resolvem sozinhas; a questão da dívida é uma questão política, interna e externa."

Talvez a afirmação seja arriscada, mas uma nova crise do endividamento pode precipitar o quadro internacional já bastante precário. "Na crise anterior, o Brasil ficou imobilizado, agora ele pode até estar antecipando uma próxima crise, típica do ciclo econômico. Unilateralmente, não podemos equacionar nada, pois

dependemos do sucesso das políticas de coordenação entre os cinco maiores países. Este é um componente estrutural, mas o Brasil foi irresponsável em termos conjunturais".

## RENEGOCIAR EM 1986

Com isso, Braga sugere que o melhor momento para a renegociação e até para suspender o pagamento dos juros — já passou. Foi em 1986, mais precisamente em abril. "Naquela época, a balança comercial apontava para um saldo anualizado de US\$ 13,5 bilhões. Poderíamos ter tentado o reescalonamento multianual, além de outras modalidades como a conversão de parte da dívida em capital de risco e a capitalização dos juros dos credores europeus, onde isso é mais factível que nos EUA. Tudo sem fanfarra, bastava fazer um ajuste fiscal e monetário bem menos expressivo do que se exige hoje, sem recessão. Agora, sem dinheiro novo teremos uma recessão catastrófica. E não temos sequer um programa econômico para submeter à apreciação dos credores. Parece que o governo quer ser heterodoxo na renegociação, talvez investindo os juros que deixarão de ser pagos e acenando com um crescimento mais adiante. Mas duvido que os bancos aceitem. Para o governo, significaria tirar força da sua própria fraqueza". São dois cenários relativamente parecidos — tanto em 1982, como agora, o governo demorou para renegociar e quando decidiu fazê-lo as condições pioraram e a recessão pareceu inevitável. Ontem como hoje, ambos negaram a recessão veementemente.

Em 1980, Delfim Netto era taxativo: "Algumas pessoas se inquietam e se excitam, desejando uma política mais dura. Entretanto, a opção do governo Figueiredo foi realmente de combater a inflação com um certo cuidado para evitar a recessão. Nós talvez tenhamos um pouco mais de inflação do que seria desejado, mas teremos menos gente na rua do que o desejável. Nós temos que entender que somos um país pobre. E o processo de recessão não funciona em país pobre".

Hoje, a retórica é semelhante. A recessão, para alguns, já começou. Essa tese é sustentada por Celso Martone, também da USP, que aponta para a hiperinflação e vê, na moratória, a "última cartada" de um governo que não cumpriu nenhuma das promessas do Plano Cruzado. Carlos Longo, outro economista da USP, que participou junto com Martone de um seminário realizado na semana passada na Cidade Universitária, é ainda mais irônico: "Esse governo ainda tem uma boa safra e uma dívida interna para queimar, em um ano, um ano e meio, pode perfeitamente decretar a moratória da dívida interna. Provavelmente vai empurrar tudo com a barriga, contentar as camadas de baixa renda com subsídios à cesta básica e manter a alimentação barata. A única esperança está nas eleições, desde que o PMDB não esteja unido". E Carlos Alberto Braga arremata lembrando que a moratória era vista por esse partido, há quatro anos, "como o ato soberano de um país em desenvolvimento. Hoje, e apesar da retórica, ela se impôs tecnicamente".